

MARCHAS PARA O OESTE,
CAMINHOS DA MEMÓRIA*

*Gilmar Arruda***

Resumo

O presente texto discute os conceitos de fronteira e sertão em São Paulo a partir dos relatórios da Comissão Geográfica e Geológica (1886), encarregada de fazer o mapeamento e descrição da então província. A seguir dialoga com os memorialistas da região do extremo oeste paulista, inclusive com seus familiares.

Palavras-chave: Sertão, fronteira, memórias, extremo oeste de São Paulo.

O tema deste evento envolve o oeste, uma forma de designar os chamados sertões, o tão falado sertão. Lugar e tema problemáticos. Ele é ambíguo demais para que possamos acertar com precisão, sem nos perdermos em seus emaranhados e desvios. Dificilmente conseguimos escapar das metáforas que recobrem as idéias de sertões. Uma delas é mencioná-lo como um lugar, um espaço geográfico desconhecido, cheio de trilhas e caminhos por onde o estrangeiro facilmente se perde, tanto geográfica quanto psiquicamente.

* Texto apresentado no Seminário Nacional Marchas para o Oeste: sertões, fronteiras e cidades. Promoção: Mestrado em História/UFG e Agepel (Secretaria de Cultura de GO), Goiânia, 16 a 18 de outubro de 2001. A maior parte das discussões aqui apresentadas encontra-se em diversas passagens no livro de minha autoria: *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

** Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.
E-mail: garruda@uel.br

Este tema e tudo o mais que dele se depreende carrega um enorme peso dentro da sociedade brasileira devido à sua carga histórica, psíquica, emocional, identitária, política etc.

Ele esteve presente, nos últimos 100, 150 anos, na literatura, na geografia, na história, na política, na pintura, na poesia, no discurso dos militares, dos médicos, dos engenheiros, dos botânicos, dos políticos, do poder, na cartografia, na medicina e, além disso, em dois dos mais importantes títulos da literatura brasileira. Na realidade, isto não é um tema, mas um mito, um mito de fundação.

E talvez por ser um mito, ele nos influencia de várias formas como, por exemplo, através do nosso sentimento de pertencimento territorial ou através da memória de quem viveu nos locais denominados sertão.

Este é um dos temas que nos coloca diante de uma fronteira – de uma fronteira, neste caso, de tradição cultural. Somos, quase todos, ao mesmo tempo considerados ou participantes da experiência vivida do sertão, herdeiros de uma memória dos homens que viveram nesses mundos que foram chamados de sertão e, por formação, por termos incorporado outra tradição, a tradição erudita, passamos a conhecê-lo também através das narrativas, da literatura, da história, da geografia, da ciência. Uma fronteira de percepções: memória e história dos sertões.

Essa perspectiva de “terra de fronteira” é apontada por Raymond Williams (1990, p. 269): “é aquela terra fronteiriça em que muitos de nós vivemos: entre a tradição e a instrução, entre o trabalho e as idéias, entre o apego ao torrão natal e a vivência das mudanças”. Ou ainda:

É algo que pode ser expresso abstratamente como o problema da relação entre a vida regida pela tradição e a orientada pela instrução formal; entre os sentimentos e pensamentos ligados aos costumes e os que são frutos da educação. (WILLIAMS, 1990, p. 270)

Estamos na fronteira entre, de um lado, o conhecimento sistematizado, através de operações demonstráveis, como pode ser caracterizado o discurso histórico, ou mesmo em outros discursos estudados por inúmeros pesquisadores. De outro lado, temos as informações e sensibilidades adquiridas através da transmissão da memória, também analisadas pelo campo erudito.

Um outro aspecto torna o tema “sertões” ainda mais espinhoso. Ele é uma descrição do território, uma leitura do espaço da nação, uma paisagem. Ele é, portanto, algo que ajuda a dar sustentação à nossa identidade nacional. A forma como isso acontece é motivo de muita discussão, que passaremos ao largo.

O fato é que por ser uma forma de designar parte do território nacional, que ora e vez assume características como selvagem, incivilizado, atrasado etc., cria uma ruptura, uma cisão nesse mesmo território que precisaria ser unificado, harmônico, indivisível para sustentar o sentimento de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989).

Essa ligação entre território e sertão, que dificulta a nossa análise devido ao envolvimento de identidade que provoca, possui desdobramentos no campo da cultura. A ligação entre território e cultura é muito profunda. Evoquemos os filósofos para nos ajudar. Conforme nos ensina Hannah Arendt (1972, p. 265):

A cultura, palavra e o conceito – são de origem romana. A palavra “cultura” origina-se de *colere* – cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar – e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido do amanhã e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana. Como tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem.

Embora no período moderno, e num certo sentido comum, cultura tenha sido vista como ilustração, como arte e até afetação, gostaria de reter aqui a relação entre a cultura e a terra, o espaço, o território, o lugar em que vivemos, mencionado por Arendt.

É sintomático que o surgimento das “culturas nacionais” ou, de outra forma, dos movimentos de afirmação de identidades culturais nacionais, foi contemporâneo ao surgimento e afirmação dos estados nacionais e de seus territórios. A ligação entre a cultura e a terra manteve-se.

Podemos observar essa ligação entre território e natureza, cultura e identidade com muita clareza no Brasil: “país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza”, ou “teus risonhos lindos campos têm mais flores”. Isto acontece também nas micronações que são as nossas

identidades estaduais/regionais – sou de uma região onde somos conhecidos por pé-vermelhos, devido à terra roxa; em compensação, os curitibanos são conhecidos por coxas-brancas.

Voltando, sertão é território, mas não só. Território é um dos pontos sobre o qual se assentou a constituição das nações modernas a partir do século XIX. O sertão, por ser uma leitura da paisagem brasileira, tornou-se tema recorrente da cultura nacional. Suas leituras e definições são contraditórias, ambíguas, ora bom, refúgio da brasilidade, como no discurso de Getúlio Vargas, ora algo que deve ser esquecido, ultrapassado, como nos desejos de inúmeros participantes das Comissões Geográficas e Geológicas.

Por ser algo que dividia mais que unia – ou atualizando, que mais divide do que une –, os espaços, aqui no sentido geográfico, que eram e são identificados como sendo sertões, foram alvo de inúmeras iniciativas de pacificação, domesticação, incorporação, integração, atualização, tanto no sentido físico quanto simbólico.

Podemos citar as seguintes iniciativas: as expedições científicas, de reconhecimento e mapeamento – como as dos naturalistas do século XIX, que ficou conhecida como Comissão das Borboletas, chefiada por Gonçalves Dias, durante o governo imperial, os trabalhos das Comissões Geográficas e Geológicas provinciais e estaduais; a construção de ferrovias, como a Noroeste do Brasil; a constituição de serviços estatais específicos, como o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais ou o Serviço de Profilaxia Rural. Podemos incluir aí também as expedições militares de Canudos e Contestado e, num certo sentido, de narrar as nações,¹ os livros de Euclides da Cunha e Guimarães Rosa.

Essas iniciativas, no meu entender, significam processos de construção da homogeneidade das culturas nacionais. Stuart Hall (1997, p. 64) afirma:

Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca identificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.

Só que as culturas nacionais não são apenas isto. Elas são resultado de lutas, de conflitos entre diversas perspectivas e tradições: “Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural” (HALL, 1997, p. 64).

Talvez seja por isso que, volta e meia, o tema “sertão” e seu correlato “o oeste” voltem à baila mais incisivamente, pois, se prestarmos a devida atenção, ele nunca saiu de cena nos últimos cem e tantos anos. O tempo que de fato podemos falar em existência dessa nação chamada Brasil.

Ainda por ser a cultura nacional o resultado de um conflito, de uma imposição, de uma luta por hegemonia, os projetos que visaram à domesticação, à incorporação, à profilaxia, à integração, ao mapeamento, à cartografia etc., dos ermos dos sertões carregaram consigo o selo do poder e sua maior característica: o autoritarismo.

O título deste evento alerta para esse argumento. Ainda bem que estamos falando em marchas e não marcha; trata-se de um título muito feliz, inspirador. Foram várias marchas para o oeste. Oeste, eis o sertão já dentro do esquadro da geografia.

Mas quem marcha, qual o sentido do termo “marcha”? Embora possa significar caminhada, na maior parte das definições encontradas no dicionário diz respeito a uma caminhada em ordem, organizada ou cadenciada. Mas lembra também marcha militar.

Em síntese, marcha lembra o poder (Estado, companhias privadas, igrejas etc.) que pode organizar expedições e “penetrar” nos sertões. O sentido sexual transparece, as marchas para o oeste penetram no sertão virgem e o fecundam de progresso.

Sabemos que a Marcha para o Oeste do governo Vargas teve um conteúdo muito mais simbólico do que prático, mas isso não invalida o argumento de ação de conquista, de guerra mesmo, que as diversas expedições e iniciativas rumo ao oeste assumiram.

Mesmo porque, no sentido de ocupação, ou reocupação, por novas formas de apropriação do espaço, diversas regiões do oeste do Estado de São Paulo, do norte do Paraná que eram denominadas sertão bruto no início do século XX já haviam sido “civilizadas” quando da proclamação da Marcha para Oeste varguista.

A transformação das regiões consideradas sertões de São Paulo ocorreu em cerca de trinta anos. Em 1905 Bauru era boca do sertão, em 1920 fundava-se Presidente Prudente. São, portanto, diversas marchas e algumas não são marchas, pois os que caminharam foram atingidos contra a sua vontade, como é o caso dos caingangues do oeste de São Paulo, praticamente dizimados pela construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, a célebre NOB.

Um rápido exame do processo de mudança da descrição de dois terços do território paulista considerados como “pouco explorados”, “território indígena” ou “extremo sertão do estado” pode nos mostrar os diversos aspectos dessas marchas: marchas autoritárias, expedições de guerra, memórias populares, ações estatais. Em resumo: algumas iniciativas podemos chamar de marchas, outras, de caminhadas.

O sertão incomodava a elite

Desde 1886, havia em São Paulo uma Comissão Geográfica e Geológica encarregada de fazer o mapeamento e descrição do território da província, depois Estado. No início do século, um engenheiro chamado Cornélio Schmidt, amante da caça e da pesca, publicou uma série de artigos nos jornais de São Paulo, comentando que dois terços do território do Estado continuavam totalmente desconhecidos, ao contrário do que dizia a Comissão que os nomeava de pouco explorados.

Os artigos de Schmidt provocaram uma enorme polêmica que levou, por exemplo, Washington Luiz (apud SANTOS, 1992, p. 78), então deputado, a dizer em 1904:

Que território é esse? Apesar de se achar a dia de distancia desta capital por estrada de ferro, esse território, segundo o dizer comum que já a ninguém susceptibiliza; é *desconhecido*, pouco explorado e *habitado por indígenas*; é mais do que isso, é uma *zona misteriosa*, e envolve lendas, algumas pavorosas [...] É indispensável, pois fazer o reconhecimento *geographico* dessa região, *civilizar o indígena*, *arrotear a terra*, para apagar do *nosso progresso* esse borrão que o enfeia [...] É a auctorização para que uma grande parte do Estado de São Paulo seja *extrahida da barbaria e entregue á civilização*. (Grifos nossos)

O resultado desse tipo de manifestação foi a destituição do presidente da Comissão, um cientista chamado Orville Derby, e a nomeação do engenheiro João Pedro Cardoso para o cargo. Imediatamente os procedimentos graduais de demarcação e mapeamento sofrem alteração. Organizaram-se quatro “expedições ao extremo sertão do Estado”. Cada uma delas percorreria um dos rios que correm do leste para o oeste: o Tietê, o Peixe, o Feio; a última desceria o Rio Paraná, da foz do Tietê até a foz do Paranapanema.

O caráter militar

As expedições rumo ao “extremos sertão do Estado” assumiram uma nítida organização militar. A descrição do embarque da turma que desceu pelo rio Feio, feita no diário da expedição pelo chefe da turma, Gentil Moura, mostra bem este caráter:

O conjunto do pessoal era de 41 homens e levavam o seguinte armamento: 34 carabinas, 2 espingardas e 5 garruchas, fornecido pela turma, ficando ainda a contar umas dez armas de particulares que com elles levavam. No número de pessoal estão contados 3 praças de polícia, duas do 2º Batalhão e 1 do 4º e o Sargento José Garcia do 2º que comandava. Em seguida, o relato continua descrevendo as estratégias de proteção, depois a comida que levavam e termina com a relação de cartuchos que carregavam: “o armamento foi escolhido do melhor que havia na turma, tendo a escolha cahido até naquellas que eram do uso do pessoal superior. Levaram 3.000 cartuchos de carabina, 3.000 cartuchos de carruchas, pólvora, chumbo e espoleta em abundância”.²

Mostra ainda o medo que sentiam por se acharem em território inimigo. No diário da expedição ao rio do Peixe (1913, p. 2-3), encontramos anotado o seguinte:

[dia 6/11] ...nossa atenção foi despertada pelo pio original dum passaro que não conhecíamos [...] os nossos espias de indios comprehendem logo que não se tratava de passaros [...] Procuramos distribuir o pessoal de accordo com o plano de defesa que tinhamos combinado e, quando veio a noite, o *nosso acampamento parecia uma praça de guerra, já pelo aspecto bellico,*

já pela ordem e disciplina. O silêncio profundo era entrecortado pelos pios de diferentes passaros que os índios procuravam imitar para nos iludir e ao mesmo tempo significavam ordens que eles transmitiam aos seus fiéis e valentes companheiros. (Grifos nossos)

O caráter autoritário. A negação da humanidade do outro

Após as expedições rapidamente seus relatórios foram publicados com inúmeras fotos e distribuídos pelo mundo inteiro, com a finalidade de anunciar as férteis terras que agora estavam à disposição de outras marchas.

Tratava-se de uma guerra, e o inimigo seria o terrível caingangue, como foi descrito nos relatórios. É o caso desta passagem de um botânico da expedição ao rio Feio (EDWALL, 1913, p. 14):

O caminho do progresso da cultura d'esta zona está claramente indicado. Os Campos Novos do Paranapanema é o sertão mais fácil de povoar que o do Rio Feio e Aguapehy. Cruzado ja por uma estrada de rodagem que se acha construida até a foz do Rio Santo Anastácio e sendo em via de prolongamento uma importante estrada ferro que penetrará na sua parte central, não pode continuar por muito tempo a estagnação do seu povoamento. O inimigo perfidioso, sanguinário e vingativo, o corôado selvagem, finalmente terá de aceitar a civilização emigrar ou succumbir e o sertão, o admirável sertão, abrir-se-á, sem condições, aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade. (Grifos nossos)

Essa era visão que as expedições, ou talvez devêssemos chamar de uma das marchas para o oeste, deixaram dos grupos indígenas. Foram essas expedições também que, somadas às centenas de viajantes do século XIX, construíram o “caipira preguiçoso”, o “brasileiro preguiçoso”, o “homem atrasado do interior”. Não é necessário citar os naturalistas, remeto às pesquisas do professor José Carlos Barreiro (1988). Cito uma passagem do engenheiro Cornélio Schmidt (1961, p. 400) sobre os moradores do interior do Estado de São Paulo, na primeira década do século XX:

No Salto [de Avanhandava] o povo cuida em pescar. No tempo da piracema em setembro ou outubro, depois das primeiras chuvas, finda a subida dos peixes, eles nada fazem. Passam sentados todo o tempo durante o dia, ou deitados. Plantam, os mais trabalhadores, meio ou $\frac{3}{4}$ de alqueire de milho, feijão ou arroz; engordam 2 ou 3 porcos; com algum peixe que pescam compram rapaduras (o doce) e algum sal e *passam o resto do ano mais felizes e ricos que o Czar ou o Sultão*. Aqui na Fatura [noroeste de São Paulo] é mais ou menos a mesma cousa, mas como não tem o peixe para vender, são obrigados a criar mais algum porco. Depois de engordados 10 ou 15 porcos, *o resto do ano passam é trabalhando só um dia ou dois por semana no tempo de roça. Aos sábados caçam veados, domingo cozinham a bebedeira da véspera, e na 2ª feira recomeçam*. (Grifos nossos)

Nesse processo construiu-se, ou “perverteu-se”, no dizer de José Carlos Barreiro,³ a memória dos grupos sociais residentes nos interiores, incluindo os grupos indígenas (DEAN, 1997).⁴ A natureza, de símbolo da brasilidade, assume gradualmente seu caráter de materialidade para o desenvolvimento econômico;⁵ os trabalhadores nacionais seriam “desprezados” em troca dos “laboriosos” trabalhadores europeus, transformando-se nos “caipiras indolentes” (SALLES, 1986; STOLCKE, 1986; BARREIRO, 1988; PAZ, 1996); os grupos indígenas na “reocupação” das terras consideradas “pouco exploradas”, de símbolo da identidade nacional, em algumas opiniões, passariam a ser os “odiosos inimigos da civilização”.

A luta em torno da memória e da história

As marchas para o oeste construíram ou perverteram a memória do próprio processo de “conquista” do sertão. Embora essas marchas tivessem a intenção da construção de uma identidade para o país, pelo menos no desejo de unificar o seu território, eliminando as manchas que o enfeivavam, transformavam o seu povo em seres passivos das suas representações. O povo apareceu como sendo só “natureza”, ou como “inaptos” a incorporar o progresso e a civilização.

No caso particular do interior do Estado de São Paulo, alvo das marchas da Comissão Geográfica e Geológica para o extremo sertão do

Estado, rapidamente suas ações transformaram-se em história, ou memória, do processo de devassamento.

Os membros da Comissão Geográfica e Geológica tornaram-se os “desbravadores” daqueles sertões, permitindo a sua posterior reocupação. Já em 1947, no município de Marília, num livro sobre a cidade publicado pela Prefeitura, o autor, um professor (POVOAS, 1947), escreveu a seguinte epígrafe:

Homenagem

Aos abnegados e heróicos membros da Comissão Geográfica:
engenheiros:

Olavo Hummel

Gentil Assis de Moura

Julio Bierremback de Lima

Mario Airosa

Guilherme Wendel

médicos:

Otaviano Ferreira da Costa

Abílio Sampaio e

botânico Gustavo Edwell

que, arrostando todos os perigos e sacrifícios, percorreram e estudaram os vales dos rios Peixe e Feio em 1905, realizando uma epopéia de trabalho na história do expansionismo paulista.

Ou, em 1948, um memorialista da região de Araçatuba terminava da seguinte forma o seu texto:

O panorama dos sertões de Araçatuba está mudado inteiramente, parecendo sonho, para quem o conheceu mesmo apenas há 15 anos. Não existe mais aquela mataria fechada, nem aqueles lugares tidos como desconhecidos e morada de índios adversários da Civilização. Houve mesmo excesso na faina desbravadora do paulista. O arrasamento foi completo e quase insensato, das reservas milenárias de matas férteis. Quem sobrevoar a região, pasmará da devassa cruel de tanta riqueza e se admirará da audácia paulista, dominando em tão curto espaço de tempo sertão tão grande, sem medir sacrifícios de toda natureza. *Acabou-se o Sertão dos orgulhosos Caingangs...* (CARVALHO, 1948, p. 313. Grifos nossos)

Mas existem outras memórias, outras periodizações do processo de mudança dos sertões. A idéia de sertão aparece em diversos discursos nomeando realidades geográficas distintas. Transformou-se em oposição aos termos “civilização” e “cidade” e foi utilizada como justificativa para inúmeros projetos de (re)ocupação dos territórios interiores do país. Articulou-se com vários desejos de construção da identidade nacional, foi usada como recurso ordenador da memória da história de algumas cidades.

A memória familiar que partilho informa que essa idéia tem uma recorrência ainda maior, constituindo em uma espécie de “suporte material para a memória coletiva” de grupos sociais que viviam nas regiões que antes eram denominadas sertão por discursos originados no espaço urbano.

Mas, na memória, o mesmo espaço recebe uma denominação que marca o cruzamento de duas formas: as cidades e os sertões. É assim que a memória de meu pai, Nelson Arruda, refere-se à cidade de Dobrada, cidade de nascimento, em 1920, oeste de São Paulo. Para ele lá era o “alto sertão da araraquarense”. A forma de nomear representa um detalhe do impacto da modernidade nas subjetividades dos indivíduos. A partir da construção de uma ferrovia, um dos símbolos mais visíveis da modernidade, as referências espaciais e, portanto, as formas simbólicas de representação espacial assumem uma nova característica. Já não é mais sertão, mas ainda não é totalmente cidade, estamos no meio-termo. A modernidade já chegou, mas a tradição ainda resiste, ainda é sertão, mas é o sertão da araraquarense. Também não é o “extremo sertão do Estado” da Comissão Geográfica e Geológica, a região já pertence a uma outra temporalidade, pertence ao tempo das ferrovias.

Esse processo foi realizado à custa da exploração de milhares de pessoas, colonos, empreiteiros, jornaleiros, nacionais ou estrangeiros, que derrubaram as matas, plantaram café, carpiram, podaram, derriçaram, abanaram, ensacaram, rastelaram, ciscaram, arruaram as lavouras de café. Os que participaram desse processo diretamente lembram-se dele como resultado concreto do trabalho, de suor, de muito trabalho e exploração pelos proprietários das fazendas de café.

O traço que aparece em todos os depoimentos é o trabalho, todos afirmam categoricamente que trabalharam e muito. O Sr. Benedito,

meu tio, interpretou o tempo em que cresceu na região da araraquense como sendo de “escravidão”:

Sempre trabalhando naquelas fazendas [região de Catanduva] [...] fazenda ali do Zancanel, fazenda do... Antônio... é, o nome do homem era, fazenda São Sebastião, fazenda do Zé Pedro, né ali era quase como uma escravidão aquelas fazendas. A gente era criado ali, você tinha sino para ir para roça, sino pra você ir almoçar, sino pra ir trabalhar, pra vim embora pra casa, seis da tarde tocava um sino, ou quando não tinha sino era sereia, quando não era sereia, apareceu a sereia, né, senão era uma buzina, de chifre de boi [...]. Agora, a gente aprendeu a viver trabalhando assim, nesses toques, com fiscal atrás de você, tudo que você estava fazendo, eles tavam olhando, né.

O Sr. Nelson, meu pai, lembra-se de como trabalhava aos 12 anos: “Então tocava como colono, sete, oito mil pés de café, porque nós já tava grandinho, eu era moleque de doze anos, mas já trabalhava que nem um condenado, eu trabalhava igual meu pai”.

O trabalho concreto nos cafezais era marcado e disciplinado pelos fiscais e pelo horário da fazenda, anunciado através das sirenes, apitos, buzinas. A fazenda aproxima-se de uma fábrica, e o trabalho dito livre ao de um “escravo”. O aprendizado da vida, na infância e na adolescência, foi realizado num “cabo de enxada”, com “fiscal nas costas”.

As lavouras de café na memória separam o que é do que não é sertão e marcam a periodização da ocupação e transformação da paisagem. Assim é que o sertão foi “abrindo”, e constituindo-se na nova paisagem da agricultura do café. O Sr. Benedito, quando recorda do deslocamento da família para cidade Tupã (oeste de São Paulo), esclarece:

Em 1948, a gente veio pra Tupã, e ainda Tupã era, como falava sertão, sertão quase né, mas já não era, tinha bastante lavoura, tudo né, ali já estava seu avô [materno]. Tupã não era mais, ou ainda fosse um pouco, mas a existência de lavoura dizia que já não era. O sertão talvez fosse mais adiante: O sertão é que era tudo mato né, era mato né, de Marília pra baixo já era tudo estrada de terra, tinha aquelas lavouras mas o mais era mato, mato, mato...

de Tupã pra lá, pra ir até Oswaldo Cruz (SP), pra lá, já era sertão mesmo, né, era mata mesmo, tinha pouco, aí que foi formando café, foi formando, foi abrindo, que era tudo lavoura nova, onde era lavoura nova ali era sertão, a gente falava sertão.

Desse processo, de expansão da lavoura cafeeira, chamado também de a “marcha do café para o oeste”, uma das muitas marchas, o que a memória guardou é um sentimento de desenraizamento.

O Sr. Nelson recorda a sua infância e adolescência, lembranças que remetem ao final da década de 20 e aos anos 30, como um momento de mudanças infundáveis, em que viviam sendo jogados de um lado para o outro, em que o seu pai, Joaquim Antonio Arruda, não conseguia fixar-se em nenhuma fazenda.

A experiência concreta, vivida no “olho do furacão”, é uma experiência traumática, em que a reflexão sobre o passado a nomeia como indigna até para ser contada – “uma história que não devia nem contar”. Dobrada, Matão, Novo Horizonte, Catanduva, Dobrada novamente, Tupã, diversas fazendas, tantos lugares... A memória registra a vergonha de ter sido tratado como gado, tocado de um lado para o outro pela ganância dos fazendeiros e proprietários das fazendas de café, como diz o Sr. Nelson, “porque os fazendeiros viviam sugando tudo quanto era coitado naquela época”.

O fim do sertão aparece não como resultado do “expansionismo paulista”, mas como resultado concreto da ação do trabalho. Não foi a “penetração de nossa moderna civilização”, mas sim a abertura de “lavouras novas de café”; não foi uma luta contra os “caingangues selvagens”, mas uma luta pela sobrevivência e contra a “natureza” da mata.

O ritmo de trabalho, os ciclos de tarefas vividos na produção cafeeira são os parâmetros para a lembrança de um outro tempo e de um outro espaço. O surgimento das lavouras de café em um determinado lugar marcaria, na memória familiar, o fim de uma região como “sertão”. As lembranças de Joaquim Antonio Arruda, meu avô paterno, sobre a época de sua infância e adolescência, até o surgimento da nova família em 1916, transmitida no ambiente familiar, estão localizadas em um outro espaço, o que organiza as recordações é o denominado sertão.

A vida nesse sertão narrado pela memória organizava-se de forma bastante diferente do cotidiano das fazendas de café: o ciclo de trabalho, o tipo de cultivo, os hábitos. As lembranças remetem a um tempo e a uma região em que parecia não haver a rotina do trabalho disciplinado das fazendas de café. A comparação pode ser uma idealização, mas ainda assim mostra-nos dois aspectos: ou havia realmente um aproveitamento do tempo diferenciado da rotina capitalista, ou a realidade vivida tinha sido muito dura e o passado apareceu nas lembranças como fuga.

Segundo o Sr. Nelson, seu pai, que fora criado com tios, lhe contava que esses tios costumavam passar longas temporadas de caça e pesca no Rio Paraná, isto bem antes das expedições da Comissão Geográfica e Geológica:

Meu pai, na idade de oito anos, contava meu pai para mim, que ele já passava a mão numa espingarda e dava um tiro num bicho e matava, e não errava tiro que ele tinha boa pontaria, e tinha já o dom, porque esse tio do meu pai era criado assim, no mato, né. Eles tinham lá, faziam o plantio deles, arroz, milho, feijão, faziam todos aqueles plantios ali, seis meses eles trabalhavam; quatro, cinco meses eles ficavam só passeando. Eles pegavam a canoa, pegavam comestível tudo, punham dentro da canoa, juntavam dois, três. Tinha a cachorrada de caçar bicho; pegavam aquela cachorrada, punham dentro da canoa e desciam pelo Ribeirão dos Porcos e saíam no Tietê. Depois do Tietê saíam no Paraná, aquilo era só sertão, e lá eles ficavam, os velhos, dois, três meses, acampados, caçando, pescando, fazendo todo esse tipo de coisa, depois quando terminava a jornada, eles voltavam tudo pra gleba deles. Lá, então, eles iam fazer outra vez de novo as roças, fazer o plantio e eles viviam do produto deles, eles tinham gado de boi, tinham boiada pra conduzir, porque esses produtos que eles colhiam, eles levavam tudo pra Matão e era tudo conduzido com carro de boi.

Ritmos de trabalho, culturas e hábitos diferentes marcavam aquilo que foi considerado pela memória como sertão. A cultura cafeeira teria rompido, segundo o significado que podemos atribuir às lembranças, um determinado tipo de relacionamento com a natureza, uma forma específica de ocupação do solo e de produção dos recursos necessários à sobrevivência.

As lembranças sobre a vida do jovem Joaquim Antonio Arruda informam sobre como se vivia na região, nos sertões, antes da chegada da “marcha do café”. Criavam-se porcos, plantavam-se milho, abóbora, arroz, caçava-se e pescava-se boa parte do ano. Mas, além disso, a memória informa também da existência de um conhecimento sobre a geografia da região, do sertão. Esses homens saíam do Ribeirão dos Porcos, desciam o Tietê e paravam no Rio Paraná, atravessando uma região que Cornélio Schmidt afirmava ser “totalmente desconhecida” e os mapas indicavam ser “pouco explorada”.

O que as recordações familiares permitem afirmar sobre o conhecimento desses espaços é que se tratava de ordens e sentidos diferentes de saberes. Os saberes existentes e que as populações dos sertões possuíam eram transmitidos através da prática e da oralidade aos descendentes, um conhecimento, portanto, não utilizável pelo “poder”. Já o conhecimento que requeria o crescente “Estado-nação moderno” era um conhecimento que pudesse ser instrumentalizado e apropriado por outras pessoas que não aquelas que viviam na região.

Nas lembranças do Sr. Nelson, o sertão mesmo era um lugar em que seu pai teria vivido e tinha as características apontadas anteriormente. Seu tempo de vida, o mundo em que pela primeira vez “se sentiu gente” já não era mais sertão ou era apenas em parte. Suas lembranças estão num espaço de “mudança significativa da paisagem”. Quando os filhos do Sr. Joaquim Antonio Arruda lembram-se dos conhecimentos que ele tinha sobre as coisas da mata e do tempo, aparece então o profundo significado que representou a mudança significativa, não só da paisagem, mas principalmente de uma tradição cultural. A comparação entre a sabedoria do Sr. Joaquim e a dos filhos remete para uma periodização. Os saberes do pai estavam ligados ao mundo que desapareceu, o sertão; os saberes dos filhos relacionam-se com o mundo que surgiu, o da produção cafeeira que também já desapareceu. Não são saberes estanques, pois muitos foram transmitidos e também apreendidos, pois vivia-se num momento de transição.

Enfim, a caminhada dessa memória familiar nos mostra o processo de transformação da paisagem, dos sertões em cafeicultura, da cafeicultura em pequenas cidades do interior. Onde havia os sertões dos “orgulhos caingangues” hoje existem centenas de pequenas cidades, como Tupã, onde nasci.

Pequenas cidades, o sertão era aqui, ou os restos da memória

A cidade de Tupã possui suas ruas principais identificadas por nomes de tribos indígenas: Tabajaras, Coroados, Caingangues, Potiguaras, Guaianases, Aimorés, Tamoios, Tapuias, Coroados, Caetés etc. A cidade foi construída sobre território caingangue. Lá ainda existe uma reserva desse grupo.

No centro da cidade existe um quarteirão, bem arborizado, que pertenceu ao fundador da cidade, Luiz de Souza Leão. Nele está instalado um museu do fundador e também o Museu da Cidade.

No Museu guardam-se restos dos antigos habitantes, os caingangues, objetos da família do fundador, dos expedicionários, da Campanha de 1932 etc. Os objetos estão expostos uns ao lado dos outros, entrelaçando-se, como se fossem memórias superpostas, diluídas numa narrativa maior que seria a própria história da cidade. Vivendo harmoniosamente, sem conflitos, sem violência. Conquistados e conquistadores, fazendeiros e trabalhadores. Arcos, flechas, cocares, panelas de barro, ao lado de louças, colheres, armas, fotografias de derrubadas, das primeiras casas e ruas da cidade. A unificação da memória, a construção de uma comunidade imaginada, somos todos tupãenses.

Na Rua Aimorés, encontramos enormes galpões de tijolos aparentes, avermelhados ou marrons, já desbotados e empoeirados. Eram as “máquinas de café” por onde passava toda a produção do município nos “bons tempos da cafeicultura”. Atualmente estão, na sua maioria, desativados ou ocupados por outras atividades. Fica-se a imaginar, vendo aqueles prédios, que existe algo de insólito, de desencarnado nas suas existências. Há tão pouco tempo centro de grande movimento, com tulhas lotadas, máquinas de descarregar a toda velocidade, empréstimos como adiantamento aos cafeicultores; agora estão vazios, ocios, silenciosos. Parecem estar fora do lugar, atrapalhando, incomodando a vista, lembrando aos passantes que “tudo que é sólido desmancha no ar”. Restos de marchas para o oeste.

Caminhando pela “pequena cidade” de Tupã, encontramos restos de memórias, mas ainda enraizados e suficientes para provocar movimentos. São tantas pequenas cidades, Tupã é apenas mais uma. São elas que estão onde havia os sertões dos engenheiros, dos meus pais e dos orgulhosos caingangues. Tupã, uma cidade tão calma, tão

pacata e as tribos indígenas que nomeiam suas principais ruas lembrando a violência da transformação. Locais de cruzamentos de culturas, de gentes vindas dos mais diversos lugares, restos que estão nos sobrenomes dos amigos de minha geração: Andrades, Calvos, Prevelatos, Sapags, Arrudas, Frias, Takatas, Arakakis, Teizzens, Agudos Hernandez, Riccis, Sanches...

Os sertões já não existem mais. Tratores, caminhões, ferrovias, gado, café, milho, trabalho, muito trabalho, milhares, milhões de pessoas o transformaram. Seus restos estão pendurados na memória e como dói. Seus restos estão ainda espalhados pelas ruas das cidades do interior, nos prédios vazios das antigas máquinas de café, das estações ferroviárias abandonadas, na paisagem da cafeicultura que substituiu a dos sertões. Este é o significado de memória e paisagem.

A geração que viveu a transformação dos sertões em pequenas cidades está em vias de desaparecer. Alguns restos passarão para nós, estarão cada vez mais desencarnados, mas não menos visíveis como o nome do colégio, a coleção do museu, o quarteirão do fundador. A memória de minha geração é das pequenas cidades, dos campos arados, das plantações, dos subúrbios cultivados, da paisagem reinventada pelos homens.

Tupã, cidade pequena, oeste do Estado de São Paulo. Morador de periferia, nem urbana, nem rural, vivência mista, experiências múltiplas. Essa cidade não existe mais. Está perdida na memória da infância. Mas está perdida não só porque é lembrança da infância. Ela mudou, acompanhou a crescente urbanização do interior paulista.

No bairro onde cresci, onde havia caminhos, “trilhas” como chamávamos, agora existem ruas asfaltadas. O riacho que passava ao fundo da pequena chácara de meus pais tornou-se uma enorme voçoroca por onde correm os esgotos da cidade. E pensar que, no início da década de 70, ainda era possível pescar lambaris e cascudos por ali. Saudosismo, romantismo?

Os sertões desapareceram do oeste de São Paulo, do norte do Paraná, junto foram destruídas grandes extensões de matas nativas. Mas o sentido de ser do interior não desapareceu. Quem mora fora da capital continua sendo morador do “sertão”, o que equivale dizer caipira, atrasado, incivilizado. O próprio presidente chama os brasileiros de caipiras

de forma pejorativa. Atrás dessa forma de expressão existe a história das mudanças das concepções sobre a espacialidade no Brasil.

O sertão concreto, no sentido de interior, campo, zona rural, da fome, dos latifúndios, violência, escravidão, sempre provocou desconforto na classe dominante rural e urbana. Seja através de Canudos ou do Movimento Sem-Terra. Para eles, melhor seria se fosse uma natureza harmônica, pacificada, uma floresta de eucaliptos e de ficus, ou apenas uma paisagem no quadro da sala da casa da cidade em substituição à floresta natural, impenetrável, imprevisível, indescritível. Com os seus desejos de “europeizar” o Brasil, casa-se melhor um Peri do que um aimoré, um “italiano” ao invés de um “caipira”.

A natureza está novamente na moda. Viaja-se para paraísos naturais, desde que a hospedagem seja num hotel Mediterranée. Constroem-se casas em condomínios em contato com a natureza, desde que reduzida a gramas bem cortadas, eucaliptos plantados em ordem, lagos artificiais com carpas japonesas. Tudo planejadamente harmônico. A “idealização” da natureza serve novamente para escapar do social, nesse momento, o campo de violência em que se encontram as cidades brasileiras, construídas há menos de um século como locais “modernos”.

Os sertões se acabaram, e as pequenas cidades, monumentos da sua conquista e pacificação, já não sustentam sua memória pacata e pacífica. O espelho da memória que refletia o passado como idêntico se rompeu e só restam estilhaços de lembranças. A infância já vai longe. Às vezes, as lembranças da infância romantizam o passado. Guardei comigo as lembranças e tornei-me aprendiz de historiador.

Abstract

THE WEST ROUTE: MEMORY'S PATHS

This paper seeks to explore the concepts of *sertão* and frontier in the State of São Paulo from the research on paulistas memorialists and the official reports of the Geographic and Geologic Commission (1886). So it adds also the author's familial memoirs of the paulista towns in the frontier area.

Key words: Sertão, frontier, memoirs, São Paulo western.

Notas

1. Conforme o papel atribuído ao romance por Benedict Anderson (1989, p. 34-55) na formação do sentimento de nação.
2. Livro Diário da Turma do Rio Feio. Escrito pelos chefes Olavo Hummel e Gentil Moura. FCGG, cx 44, manuscrito, folhas 56-57.
3. Diz o autor: “Neste trabalho, procura-se investigar como a dimensão fantasmagórica e classista da fala dos viajantes estrangeiros deforma sistematicamente a memória histórica das classes subalternas do século XIX brasileiro” (BARREIRO, 1988, p. 15). Sob o signo do tempo da modernidade, os viajantes percorreram o Brasil fazendo o seu inventário das gentes e coisas do território e, nesse descrever, construíam uma memória. Para Barreiro, trata-se de uma luta em torno das concepções de tempo e trabalho, entre as concepções dos viajantes e as práticas das classes subalternas. Um outro autor, Francisco Paz (1996), analisando as obras dos viajantes, recorta o discurso em termos de uma territorialidade designada por “Brasil meridional”, as províncias do sul. Os discursos fundados na construção de uma unidade nacional, temerários da desintegração do território, partem de uma construção, o “vazio demográfico” das regiões meridionais, para justificar uma política de migração: “Por outro lado, dizer simplesmente que as regiões meridionais correspondem a vazios demográficos, como fazem outros defensores da colonização, é desconhecer a perversão contida no discurso. Populações diversas já estão estabelecidas; são descendentes de índios, paulistas e dos primeiros portugueses. [...] Contudo, o ideal nacional colonizador não visa unicamente a formação de uma grande economia de mercado; ele passa também pelos propósitos de formação de uma *civilização* européia, livre das *maldições* das heranças índia e negra. O discurso das autoridades guarda em si essas perversões. Desautoriza a população local e propõe outra. Logo, combina-se com a narrativa dos viajantes europeus que vêm nas terras meridionais a possibilidade de reconstrução de um pedaço da Europa” (PAZ, 1996, p. 261. Grifos nossos).
4. Dean (1997), ao estudar a relação entre a ciência e a floresta brasileira, deixa claro que tanto os cientistas europeus, os viajantes quanto os cientistas brasileiros desprezaram, na sua esmagadora maioria, os conhecimentos que os grupos indígenas e moradores dos sertões pudessem ter sobre seus habitats, “pervertendo” assim, no dizer de José Carlos Barreiro, uma tradição e uma memória baseada na experiência concreta de vida naqueles espaços. A firma Dean (1997, p. 146): “Embora os viajantes europeus ocasionalmente perguntassem aos caboclos sobre os usos das plantas que

encontravam, pareciam não perceber que a fonte última desse saber botânico eram os indígenas. Uma exceção foi o arguto e tagarela Baltasar da Silva Lisboa, que ressaltou que os indígenas haviam descoberto usos para uma enorme quantidade de plantas”. E, mais adiante, sobre os cientistas brasileiros: “A ciência brasileira se caracterizou por não beber da fonte de conhecimento sobre o mundo natural dos indígenas ou povos mestiços da fronteira. Isso pode parecer uma impressionante e obtusa falta de curiosidade, mas é facilmente compreensível, dado o abismo cultural existente entre eles. Os cientistas se assustavam com o desperdício da lavoura de derrubada e queimada que praticavam e estavam bem seguros sobre o motivo de sua adesão a essas práticas tradicionais [seria a ignorância]. [...] Além do mais, os cientistas europeus que visitavam o Brasil tendiam a tratar os indígenas que encontravam de modo muito similar ao que usavam com os espécimes de ervas e animais que coletavam – de fato, em pelo menos uma ocasião, os restos de índios massacrados em tocaias foram comprados por um museu e, em outra, um casal botocudo foi despachado para a Europa como suvenires científicos vivos” (DEAN, 1997, p. 241-242).

5. Cf. Paz (1996, p. 333): “A dimensão estética – tantas vezes ressaltada pelos românticos – gradativamente cede à dimensão material subjacente à ética, ao arrivismo burguês. Desta sentença nossos viajantes, se é que tentaram, não estão libertos. Num movimento crescente, a natureza tropical que fundamentara uma dada brasilidade passa a ser tratada como um espaço de intervenção social para a implantação de nova sociabilidade”.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BARREIRO, José Carlos. *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*. 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1988.

CARVALHO, José Ribeiro Sá. O desbravamento dos sertões de Araçatuba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: IHGSP, v. XLIV, 1948.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA EXPLORAÇÃO DO RIO PEIXE. 2. ed. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia., 1913.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. 1ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

EDWALL, Gustavo. Notas sobre a vegetação da região compreendida entre Mandury, o acampamento Margem do Rio do Peixe, Salto Grande do Paranapanema e Piratininga. In: *Exploração do Rio do Peixe*. 2. ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia., 1913.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 1997.

PAZ, Francisco. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

POVOAS, Glycério. *Marília, monografia apresentada pelo...* Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília, 1947.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Ademir Pereira. *Terrenos desconhecidos: solos historico-gráficos sobre uma mesma base documental*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP, tomo XV, 1961.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.